



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI MUNICIPAL Nº. 1.290, DE 17 DE ABRIL DE 2.000

“Dispõe sobre a obrigatoriedade do recebimento de contas de água, luz, telefone e tributos municipais, pelos bancos instalados no Município de Rio Grande da Serra, e dá outras providências.”

Autoria: Vereador Valdir Mitterstein

MARIO CARVALHO DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Grande da Serra, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

L E I

Artigo 1º. – É obrigatório o recebimento de contas de água, luz, telefone e tributos municipais dos munícipes de Rio Grande da Serra, sejam estes correntistas ou não da instituição bancária.

Parágrafo único – O recebimento das contas e tributos municipais não poderão ser onerados pela cobrança de qualquer tipo de taxa ou preço do serviço ao contribuinte.

Artigo 2º. - O descumprimento desta lei acarretará à instituição bancária infratora:

I – advertência;

II – multa diária no valor equivalente a 100 (cem) UFIR's (Unidades Fiscais de Referência), na primeira reincidência;

III – multa de 500 (quinhentas) UFIR's, na segunda reincidência;

IV- cassação do Alvará de Funcionamento, na terceira reincidência;



Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, 17 de abril de 2.000 -
35º. - Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

Mario Carvalho da Silva

MARIO CARVALHO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado no quadro de editais na mesma data e pela imprensa na forma da lei.

PjLei nº. 011.02.00 = CM
Autógrafo nº. 028.03.00 = CM
Processo nº. 355/00 = PM

Estado

Município

Assessoria

Assessoria

Assessoria

Assessoria

Artigo

Artigo

Fica o chefe do Executivo do Município de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo, por este ato, autorizado a celebrar contrato com o Município de Assistência Social, para a prestação de serviços de assistência social para o município.

O valor da transação será o que for fixado pelo Conselho Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

O processo de parceria terá como objetivo a execução de serviços, para executá-los, o Município atuará de forma direta ou em parceria social, conforme a situação social existente no Município.

As despesas decorrentes da execução deste contrato serão pagas a partir do orçamento do Município.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.